O exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a experiência internacional*

The Brazilian bar association (OAB) examination and the international experience

*Egon Bockmann Moreira***

RESUMO

O artigo analisa os requisitos e exames necessários para o exercício da profissão de advogado em Portugal, no Japão e na França, comparando-os com o exame existente no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

Advogado — exame da Ordem — requisitos — Brasil — Portugal — Japão

* Artigo recebido em fevereiro de 2012 e aprovado em março de 2012. A versão original serviu de base para a palestra feita pelo autor no Painel Especial “Exame de Ordem”, da XXI Conferência Nacional dos Advogados, realizada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em Curitiba (PR), nos dias 20 a 24 de novembro de 2011.

** Advogado. Mestre e doutor em direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor de direito econômico da Faculdade de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR. Professor visitante da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (out. 2011). A pesquisa contou com a gentil colaboração das dras. Leila Cuéllar (legislação francesa), Joana Sousa Martins e Mariana Almeida Kato (legislação portuguesa). Os eventuais erros e omissões devem ser atribuídos com exclusividade ao autor.

ABSTRACT

The paper analyzes the requirements and tests that are necessary for the exercise of the legal profession in Portugal, Japan and France — comparing them with the existing examination in Brazil.

Key-words: Lawyer — Bar examination — requirements — Brazil — Portugal — Japan

Introdução

O exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) é um dos requisitos para o exercício da profissão de advogado. Isto é, a fim de que o bacharel em direito possa, nos termos do art. 1º da Lei nº 8.906/1994 (Estatuto da OAB), ser titular de atividades “privativas de advocacia” (postulação a órgão do Poder Judiciário e aos juizados especiais, bem como atividades de consultoria, assessoria e direção jurídicas), o art. 8º desse mesmo diploma legal exige também a aprovação no exame da OAB.¹ Logo, para ser detentor de tal privilégio legal (só os inscritos podem advogar), necessário se faz prestar o respectivo exame.

Ocorre que de há muito se discute a respeito do exame, seus limites e aplicabilidade. Situação que assumiu especial destaque depois de o exame ter se tornado nacional e submetido a parâmetros mais exigentes em termos de avaliação de conhecimento jurídico. Porém e ao que tudo indica, o exame da OAB chegou a um momento de estabilidade, decorrente do reconhecimento de sua constitucionalidade, o que foi feito à unanimidade pelo Plenário do STF quando do julgamento do Recurso Extraordinário 603583 (min. Marco Aurélio, j. 26/10/2011). No que respeita à sua validade, legal e constitucional, o assunto está vencido. Agora, a hora é de aprofundar o debate a propósito do exame ele mesmo.

Ou seja, depois de tantos anos de debates — políticos e jurídicos — acerca do cabimento (ou não) do exame da OAB, chegou-se ao momento de instalar a discussão quanto ao que nele precisa ser aprimorado. A fim de alargar

¹ Lei nº 8.906/1994: “Art. 8º Para inscrição como advogado é necessário: I — capacidade civil; II — diploma ou certidão de graduação em direito, obtido em instituição de ensino oficialmente autorizada e credenciada; III — título de eleitor e quitação do serviço militar, se brasileiro; IV — aprovação em Exame de Ordem; V — não exercer atividade incompatível com a advocacia; VI — idoneidade moral; VII — prestar compromisso perante o conselho”.

perspectivas e possibilitar reflexão mais apurada sobre o assunto, é de todo interessante a análise de dados de outros países que também realizam o respectivo exame admissional para a profissão de advogado.

Claro que não se está a defender meros transplantes legislativos, mas sim o conhecimento do que no mundo se passa, a fim de que possamos investigar a experiência alheia e cogitar de melhoramentos para nosso sistema. As transposições são complicadas, máxime porque cada país dispõe de sua própria história na advocacia e respectivos desafios (basta lembrar que, até pouco tempo, não se fazia necessário o diploma de bacharel em direito para o sujeito ingressar na respectiva “ordem dos advogados” na Inglaterra e no Japão).

Além disso, são diferentes as estruturas para que se possa proceder à avaliação do respectivo número de bacharéis em direito formados a cada ano (bem como arcar com os custos relativos). As dimensões continentais brasileiras, unidas ao grande volume de faculdades de direito, instalam demandas mais exigentes.

A fim de colaborar para o debate, serão apresentadas, de modo muito breve e resumido, as experiências portuguesa, japonesa e francesa. Sistemas jurídicos diversos, porém com alguns pontos em comum no que respeita ao ingresso na profissão de advogado.

1. O ingresso na advocacia em Portugal

O acesso à Ordem dos Advogados em Portugal é disciplinado pelo Regulamento Nacional de Estágio nº 52-A/2005, com alterações trazidas pela Deliberação 3333-A/2009, impostas, sobretudo, em virtude de “massificação do ensino e da advocacia”.²⁻³ Nos termos desse Regulamento (editado em 2009 e

² Como consta do preâmbulo da Deliberação: “Acontece que a massificação do ensino do direito em Portugal, devida sobretudo à multiplicação de universidades privadas, conduziu a uma diminuição generalizada da sua qualidade, com repercussões negativas em todas as profissões jurídicas. No que à advocacia diz respeito, verificou-se que a Ordem dos Advogados não foi capaz de, ao longo dos anos, obstar às consequências nefastas daquela situação. (...) Embora com um atraso de vários anos ainda não é tarde para proceder às reformas que invertam a situação e criem as condições para que a advocacia portuguesa volte a ser uma profissão com a dignidade e a qualidade que foram e a individualizaram ao longo dos séculos. E a primeira de todas as reformas tem, necessariamente, de incidir nos mecanismos de acesso à profissão (...).” Disponível em: <www.oa.pt/Conteudos/Artigos/lista_artigos.aspx?idc=5&idsc=30181>. Acesso em: 15 set. 2011.

³ Até então, em Portugal o ingresso era automático para aqueles que concluíssem o curso de direito. No primeiro exame de acesso ao estágio, realizado em março de 2010, dos 275 licenciados que o prestaram apenas 33 foram aprovados (88% de reprovação) e somente estes poderão inscrever-

com início de aplicação em 2010), os licenciados em direito que desejarem se habilitar ao exercício da advocacia devem se submeter ao período de estágio, que possui duração de 24 meses e compreende duas fases, quais sejam:

- a) *formação inicial*, com duração de seis meses, que visa a “garantir a iniciação aos aspectos técnicos da profissão e um adequado conhecimento das suas regras e exigências deontológicas”; e
- b) *formação complementar*, com duração de 18 meses, que visa ao “desenvolvimento e aprofundamento das exigências práticas da profissão”.

A *fase de formação inicial* abrange o acompanhamento do escritório do advogado-patroño e o estudo das matérias do programa de estágio (deontologia profissional, direito constitucional, direitos humanos, prática processual civil, prática processual penal, organização judiciária, informática jurídica), devendo o advogado-estagiário participar das sessões de formação que são destinadas à prática de atos inerentes ao exercício da profissão (simulação de diligências processuais, audiências de julgamento, tramitação de processos etc.).

Ao final desta fase inicial, que, reitere-se, dura seis meses, o advogado-estagiário é submetido à *prova de aferição* aplicada pela Escola da Ordem dos Advogados, constituída por três testes escritos, cada qual abrangendo duas matérias distintas (apenas com consulta à legislação). Somente após a aprovação nesses testes o advogado-estagiário será admitido à fase de formação complementar. Aqui existe, portanto, uma *prova de entrada*: só podem participar da segunda fase os aprovados na prova de aferição.

A *fase de formação complementar* abrange especialmente o exercício da atividade profissional do advogado-estagiário, que terá como deveres específicos: atuar nos processos judiciais que lhe forem confiados no quadro legal e regulamentar; realizar 15 intervenções em procedimentos judiciais e apresentar relatório final de sua autoria referente a todas as suas atividades de estágio.

Ao final da fase de formação complementar, que se completa depois de passados 18 meses, o patróño do advogado-estagiário elaborará *relatório final* da atividade exercida, devendo emitir parecer sobre a aptidão ou inaptidão

se na Ordem dos Advogados para dar início ao estágio. Se compararmos com o caso brasileiro, o V Exame de Ordem Unificado da OAB (jan. 2012) teve o total de 108.335 bacharéis inscritos, 106.086 fizeram a prova e 26.010 foram aprovados (24,03% de aprovação). No IV Exame, o índice de aprovação foi de 15,02%; no III Exame, de 12,03%; no II Exame, de 14,67% e, no I Exame, de 14,02%. Fonte: <www.oab.org.br/Noticia/23322/ophir-exame-unificado-da-oab-aprova-24-5-e-cada-vez-mais-profissional>. Acesso em: 15 jan. 2012.

do estagiário para submeter-se ao exame final. O centro de estágio (responsável pela organização, eventos e atividades destinados à formação prática), vinculado à Ordem dos Advogados, também deverá emitir uma *informação*, tendo o advogado-estagiário como “admitido” ou “não admitido”.

Se ambos os pareceres forem favoráveis (advogado-patrono, mais centro de estágio), o advogado-estagiário encontra-se apto a prestar o *exame final de avaliação e agregação*, que é composto por uma prova escrita e outra oral. Esta é uma *prova de saída*: os aprovados no primeiro exame e cumpridores do programa de estágio deverão comprovar estarem aptos ao ingresso na carreira. A *prova escrita* ocorre duas vezes ao ano, de modo uniforme em todo o território nacional português, e contém, pelo menos, um tema de deontologia profissional; a elaboração de peças processuais nas áreas de processo civil, processo penal e em mais duas áreas a serem escolhidas pelo advogado estagiário, entre as definidas normativamente (práticas processuais tributárias, práticas processuais administrativas, práticas processuais laborais, processo de insolvência, direito das sociedades, direito comunitário, direito constitucional, tramitação processual no Tribunal constitucional e tramitação processual no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem).

Se for aprovado na prova escrita,⁴ o advogado-estagiário submete-se à *prova oral*, que consiste em: (i) exposição oral tendo por tema um caso concreto com tratamento doutrinário e/ou jurisprudencial controverso, “cabendo ao exponente, em alegação e debate com o júri [banca examinadora], explicar as posições em confronto e defender uma das teses controvertidas”; (ii) argumentação oral em que se simula com o júri uma intervenção em audiência de julgamento; e (iii) discussão teórico-prática de questões de índole profissional, com enquadramento nas matérias constantes no processo de estágio e sobre matérias de índole deontológica. A banca examinadora dessa prova final, composta por três pessoas, atribui a classificação final de aprovação ou não, em vista da prova oral e dos demais elementos de avaliação do advogado estagiário.

Por fim, é importante destacar que todas as provas só podem ser repetidas uma única vez. Caso o advogado-estagiário não seja aprovado nessas duas tentativas, é impedido de se reinscrever em novo curso de estágio pelo período dos próximos três anos. O que torna o prazo muito longo: imagine-

⁴ Nota igual ou superior a 10 valores, de um total de 20 valores — isto é, nota igual ou superior a cinco pontos no sistema de avaliação brasileiro.

se o indivíduo que tenha tentado, por duas vezes, as provas: lá se vão quatro anos; somando-se aos três anos que deverá aguardar para a próxima tentativa, são sete anos — que, se somados ao novo prazo de dois anos, produzem o resultado de nove anos. O contraincentivo é muito forte, exigindo especial dedicação dos candidatos.

Note-se que Portugal possui mais de 30 mil advogados (a mencionada Deliberação 3333-A/2009 consigna que o número passou de 6 mil em meados dos anos 1980 para mais de 30 mil em 2009). Para uma população de aproximadamente 10 milhões de habitantes, equivale a um advogado para cada 300 pessoas.

2. O ingresso na advocacia no Japão

Segundo dados de março de 2011, há aproximadamente 30 mil advogados inscritos nas respectivas ordens japonesas (divididas em regiões e agrupadas na Federação Japonesa das ordens de advogados).⁵ Para uma população de 128 milhões de habitantes, equivale a um advogado para cada 4.200 pessoas. Ao seu tempo, nesse mesmo ano de 2011 foram 3.620 alunos que ingressaram nos cursos de direito.

Para a inscrição na ordem dos advogados, faz-se necessário prestar exame em nível nacional, seguido de um ano de estágio supervisionado por órgão específico, vinculado à Suprema Corte do Japão.

O exame é feito em duas fases: a primeira delas, por meio de prova em um só dia, com questões objetivas de múltipla escolha restritas a seis matérias (direito constitucional, direito civil, direito criminal, direito comercial, direito processual civil e direito processual penal). Caso aprovado nessa primeira fase, o candidato se submete a três dias de provas sobre direito público (*lato sensu*), direito civil e direito criminal (além de matérias de livre escolha dos candidatos, como direito do trabalho, direito ambiental e direito internacional, público e privado).

⁵ As informações a propósito do exame no Japão foram originalmente obtidas em reportagem do jornal *International Herald Tribune*, 11 jul. 2011, p. 9 (disponível em: <www.nytimes.com/2011/07/11/world/asia/11iht-educLede11.html?pagewanted=all>). Informações mais precisas podem ser encontradas no site da Federação Japonesa das Ordens dos Advogados (Japan Federation of Bar Associations): <www.nichibenren.or.jp/en/>. Aqui, vale a consulta ao *White paper on attorneys 2010*, com informações a respeito da atual situação dos advogados naquele país, bem como as peculiaridades para o exercício da profissão.

Muito embora singelos e restritos a poucos temas, os exames são tidos como muito exigentes — além de submetidos ao limite de três oportunidades. Caso o candidato não seja aprovado, impedido estará de exercer a advocacia.

As notícias dão conta de que o período médio de estudo para a submissão ao exame é de dois a três anos, com dedicação exclusiva.⁶ Em 2010, apenas 2.074 pessoas foram aprovadas no exame (o que significa 25% dos candidatos). Ainda em 2010, das 74 faculdades de direito, duas delas não tiveram sequer um aluno aprovado: uma fechou as portas e a outra reorganizou seu currículo e respectivas exigências acadêmicas.

3. O ingresso na advocacia em França

Atualmente, após a Declaração de Bolonha (1999) e o respectivo processo de uniformização dos estudos universitários na Europa, a França adotou, para os cursos jurídicos, o sistema LMD (*licence, master, doctorat*). Assim, depois de três anos de estudos universitários, tem-se a licença (BAC+3); mais dois anos de estudos, o *master* (BAC+5) e, depois de outros três anos, o doutorado (BAC+8).⁷ Com os diplomas da *licence* e do *master* já é possível se submeter a vários concursos públicos.

Para pretender ser advogado, é preciso ter cursado, no mínimo, o BAC+4, ou seja, a *licence* mais um ano de *master*. Porém, na prática e em razão da dificuldade do exame da ordem dos advogados (*Barreau d'Avocat*)⁸ e do limite de número de tentativas, quase todos tentam somente a partir do nível BAC+5 (*licence* e *master*). Além disto, boa parte dos alunos frequenta cursos preparatórios para o exame da Ordem.

⁶ *International Herald Tribune*, 11 jul. 2011, p. 9 (disponível em: <www.nytimes.com/2011/07/11/world/asia/11iht-educLede11.html?pagewanted=all>).

⁷ Não mais existem em França os diplomas que anteriormente correspondiam ao nosso mestrado e doutorado, que eram o Diplôme d'Études Supérieures Spécialisées (DESS) e o Diplôme d'Études Approfondies (DEA).

⁸ A Ordem dos Advogados francesa é organizada de modo semelhante à brasileira, com entidades regionais autônomas congregadas numa entidade nacional (muito embora tenha estrutura antes associativa do que autárquica, como se dá com a OAB, o que resulta em maior autonomia e diversidade de organização). Existe a organização de um Barreau relativa a cada um dos tribunais franceses (2º grau de jurisdição). Por exemplo, é o que se dá no Barreau — ou Ordre des Avocats — de Paris (<www.avocatparis.org/>) e no Barreau — ou Ordre des Avocats — de Lille (<www.avocats-lille.com/>). Existe, a congregar as ordens de advogados regionais, o Conseil National des Barreaux (<www.cnb.avocat.fr/>).

O exame é feito nas Escolas de Formação da Ordem dos Advogados francesa, a chamada Escola de Advogados (*Ecole de Formation au Barreau* — EFB).⁹ Depois da aprovação no exame de admissão, o aluno se torna advogado-estagiário e deve frequentar três semestres de aulas, fazer estágios e apresentar projetos para, ao final, se submeter a novo exame, chamado de *exame de conclusão*. Aprovado neste exame, o *avocat stagiaire* recebe o *Certificat d’Aptitude à la Profession d’Avocat* (Capa) e, após prestar compromisso no respectivo *Barreau*, torna-se advogado. Logo, o que se tem é a conjugação do exame de ingresso (*admissão*) na Escola de Formação com o exame de saída (*conclusão*).

Só são possíveis três tentativas para o exame de admissão. Caso reprovado em todas elas, o bacharel em direito deverá procurar outra profissão que não a de advogado, pois terá decaído do seu direito de receber o certificado de aptidão profissional.

Por outro lado, existem formas excepcionais, e por isso mesmo restritas, de acesso à profissão de advogado, como para os *doutores em direito*, *professores universitários* ou *magistrados*, que não necessitam se submeter ao curso e respectivo exame.

Existem também algumas peculiaridades. Até o início de 2011, havia três categorias de profissionais na advocacia francesa: os *avocats*, os *avocats aux Conseils* e os *avoués*.

Os *avoués* constituíam categoria de profissionais do direito nomeados pelo ministro da Justiça para atuar perante os tribunais (*Cour d’Appel*), depois de terem se submetido a exame e formação específicos. Eram inscritos em associação própria, que, ao início de 2011, contava com aproximadamente 450 profissionais.¹⁰ Isso fazia com que todos os demais advogados só pudessem atuar em primeiro grau de jurisdição (exceção feita aos *avocats aux Conseils*, como será visto a seguir). Nesse ano de 2011, por meio da Lei nº 2011-94, de 25 de janeiro de 2011, a profissão de *avoué* foi extinta e, a partir de janeiro de 2012, eles serão inscritos no respectivo *Barreau* e assim considerados advogados. Em razão da reforma da Justiça e supressão dessa profissão, a legislação previu o pagamento de indenizações aos antigos *avoués*. Logo, devido à supressão da profissão de *avoué*, o advogado inscrito na respectiva ordem pode advogar em primeiro e segundo graus de jurisdição. Todavia, não pode advo-

⁹ Dados disponíveis em: <www.efb.fr>. Acesso em: 19 out. 2011.

¹⁰ Dados disponíveis em: <www.chambre-nationale.avoues.fr>. Acesso em: 19 out. 2011.

gar perante a Cour de Cassation e o Conseil d'État, que são privilégios legais dos *avocats aux Conseils* ("advogados junto aos Conselhos").

Os advogados junto aos Conselhos são aqueles que detêm a exclusividade de atuação perante duas ordens de Cortes Superiores, quais sejam: o Conselho de Estado (Conseil d'État) e Corte de Cassação (Cour de Cassation). O Conselho de Estado e a Corte de Cassação são tribunais especializados que não correspondem ao que se possa imaginar por um "terceiro grau de jurisdição", mas que tratam do contencioso objetivo de direito público e de direito privado, respectivamente (controle de legalidade, sem discussões relativas a fatos nem a possibilidade da produção de provas). Esta profissão é regida pelo Decreto nº 91-1125, de 25 de outubro de 1991.

Para ser um *avocat aux Conseils* existem exigências específicas acerca da idoneidade moral do candidato, bem como de nacionalidade (somente franceses ou pessoas da União Europeia). É preciso ter, no mínimo, o BAC+4. Além disto, o advogado deverá fazer um estágio de pelo menos um ano, além da formação e provas específicas, para conseguir obter o Certificat d'Aptitude à la Profession d'Avocat au Conseil d'Etat et à la Cour de Cassation (Capac). Em seguida, deverá haver a designação pelo ministro da Justiça e a compra de um título (*achat de la charge*), bem como a respectiva inscrição na "Ordem dos Advogados dos Conselhos".¹¹ Atualmente, existem cerca de 96 *avocats aux Conseils*.

Outro dado interessante é o de que, em França, o advogado está em processo de formação permanente ao longo de toda a sua carreira — devendo frequentar cursos de formação contínua. A realização desses cursos deve ser comprovada perante a respectiva ordem, com no mínimo 20 horas/aula por ano (ou 40 horas/aula a cada dois anos). Cabe às respectivas ordens a organização de tais cursos, nas respectivas Escolas de Formação. Paralelamente, o advogado pode se especializar e prestar exames específicos com vistas a obter um certificado de especialização nesta ou naquela matéria — que deve ser anotada na inscrição do respectivo Barreau.¹²

Atualmente, em França existe o total de aproximadamente 55 mil advogados inscritos nas mais diversas ordens de advogados. Para a população em torno de 65 milhões de habitantes, isto equivale a um advogado para cada 1.100 pessoas.

¹¹ Dados disponíveis em: <www.ordre-avocats-cassation.fr>. Acesso em: 19 out. 2011.

¹² Cf.: <www.justice.gouv.fr e www.avocats-paris.org>. Acesso em: 19 out. 2011.

Considerações finais

Como se pode constatar da leitura deste breve artigo, existem desafios mais amplos para serem enfrentados no Brasil — quer devido à multiplicação dos cursos de direito e à sempre crescente população de advogados, quer relacionado às exigências que podem ser de fato implementadas, quer em vista do tempo previsto para o ingresso e do número de tentativas. As dimensões brasileiras tornam difícil um processo de seleção equivalente ao português ou ao francês: basta imaginar o custo e o controle de estágios para milhares de bacharéis em direito, por todo o território nacional.

Porém, há alguns dados dos exames estrangeiros que merecem a nossa reflexão: exames pesados, exigentes e eliminatórios (como atualmente se dá); o número limitado de tentativas (com ou sem a possibilidade de retorno aos exames) e a obrigatória formação continuada para os advogados. É tempo, portanto, de aprofundarmos o debate e aprimorarmos o exame para ingresso na Ordem dos Advogados do Brasil.